



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº , DE 2013
(Do Sr. Ronaldo Caiado)

Convida o Sr. Romeu Tuma Jr, ex-Secretário Nacional de Justiça, a fim de prestar esclarecimentos acerca de entrevista concedida à Revista Veja onde denuncia, entre outras coisas, a utilização da estrutura oficial do Estado com objetivos adversos aos de sua competência.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, VII, 32, XVI, e 255 a 258 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado o Sr. Romeu Tuma Jr, ex-Secretário Nacional de Justiça, a fim de prestar esclarecimentos acerca de entrevista concedida à Revista Veja onde denuncia, entre outras coisas, a utilização da estrutura oficial do Estado com objetivos adversos aos de sua competência.

JUSTIFICAÇÃO

Recente matéria da Revista Veja, de 7 dez 2013, trouxe gravíssimos fatos apontados pelo Sr. Romeu Tuma Jr, ex-Secretário Nacional de Justiça do Governo Lula, de que aquela Secretaria da estrutura



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

do Ministério da Justiça utilizava habitualmente a estrutura estatal com fins distintos dos interesses do País. A Secretaria Nacional de Justiça armazena “*informações confidenciais de outros países, listas de contas bancárias de investigados e documentos protegidos por rigorosos acordos internacionais. Cercado por poderosos interesses, esse universo de informações confere ao seu controlador acesso aos mais restritos gabinetes de ministros e a responsabilidade sobre assuntos caros ao próprio presidente da República.*” Por sua delicada posição, sérias são as denúncias de que a Secretaria realizava atividades com vistas a beneficiar interesses não necessariamente estatais ou se omitia no cumprimento do dever.

No período de três anos em que esteve à frente da Secretaria, o Sr. Romeu Tuma Jr testemunhou muitos fatos desta natureza que agora ele publica em livro.

Segundo a reportagem, ele

... conviveu diariamente com as pressões de comandar essa estrutura, cuja mais delicada tarefa era coordenar as equipes para rastrear e recuperar no exterior dinheiro desviado por políticos e empresários corruptos. (...)

Segundo o ex-secretário, a máquina de moer reputações seguia um padrão. O Ministério da Justiça recebia um documento apócrifo, um dossiê ou um informe qualquer sobre a existência de conta secreta no exterior em nome do inimigo a ser destruído. A ordem era abrir imediatamente uma investigação oficial. Depois, alguém dava uma dica sobre o caso a um jornalista. A divulgação se encarregava de cumprir o resto da missão. Instado a se explicar, o ministério confirmava que, de fato, a investigação existia, mas dizia que ela era sigilosa e ele não poderia fornecer os detalhes. (...)

Uma das primeiras vítimas dessa engrenagem foi o governador de Goiás. Marconi Perillo (PSDB). Senador à época dos fatos, Perillo entrou na mira do petismo quando revelou à imprensa que tinha avisado Lula da existência do mensalão. O autor conta que em 2010 o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

então ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto entregou em suas mãos um dossiê apócrifo sobre contas no exterior do tucano. As ordens eram expressas: Tuma deveria abrir uma investigação formal. O trabalho contra Perillo, revela o autor, havia sido encomendado por Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete do presidente Lula. Contrariado, Tuma Junior refutou a "missão" e ainda denunciou o caso ao Senado. (...)

A fábrica de dossiês voltou então a sua artilharia contra o então senador Tasso Jereissati (PSDB), severo opositor de Lula no Congresso. A fórmula era a mesma. Tuma Junior relata que foi chamado ao Congresso para uma conversa com o então senador Aloizio Mercadante (PT). No encontro, recebeu dele um pen drive e um pedido para que investigasse Jereissati. O autor abriu o dispositivo e constatou que se tratava de outro dossiê apócrifo. O livro conta que até o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), também chefiado por Tuma Junior, chegou a ser usado clandestinamente na tentativa de obter informações desabonadoras sobre despesas sigilosas da ex-primeira-dama Ruth Cardoso. (...)

O ex-secretário revela que todos os ministros do Supremo tribunal Federal foram grampeados ilegalmente pela Polícia Federal e pela Abin em 2007. Um dos capítulos é dedicado ao ainda misterioso assassinato do prefeito petista Celso Daniel, em 2002. Tuma Junior reproduz um diálogo entre ele e Gilberto Carvalho no qual o ministro confessa que entregava o dinheiro desviado da prefeitura de Santo André nas mãos do mensaleiro José Dirceu. O autor se convenceu de que Celso Daniel foi morto em uma operação de queima de arquivo.

O ex-Secretário também abordou em sua entrevista à Veja a existência de uma conta com recursos do mensalão aberta nas Ilhas Cayman. Segundo ele, essa investigação também foi "engavetada", mesmo com a concordância daquele território insular em colaborar com as investigações. Este fato reputa-se muito grave porque traz indícios de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

desvio de recursos públicos, razão pela qual demanda a imediata atuação desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Por todo o exposto, entendemos imprescindível a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2013.

DEPUTADO RONALDO CAIADO
Líder do DEMOCRATAS